

# Narrativas jornalísticas acionam novas histórias do passado ditatorial

Journalistic narratives trigger new stories of the dictatorial past

## Marta Regina Maia

Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordena o Projeto de pesquisa “Verdades escolhidas: jornalismo e novas narrativas sobre a ditadura no Brasil”, financiado pelo CNPq. É líder do Grupo de Pesquisa “Jornalismo, Narrativas e Práticas Comunicacionais” (JorNal/CNPq).

**E-mail:** marta@martamaia.pro.br

## Isadora Moreira Ribeiro

Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, na Linha de Pesquisa “Jornalismo, Cultura e Sociedade”. Participa do Projeto de pesquisa “Verdades escolhidas: jornalismo e novas narrativas sobre a ditadura no Brasil”, financiado pelo CNPq. É membro do Grupo de Pesquisa “Jornalismo, Narrativas e Práticas Comunicacionais” (JorNal/CNPq).

**E-mail:** isadora.moreiraribeiro@gmail.com

**SUBMETIDO EM:** 10/10/2015

**ACEITO EM:** 28/10/2015

## PERSPECTIVAS

### RESUMO

As reverberações midiáticas da publicação do Relatório final da Comissão Nacional da Verdade são o substrato de discussão deste trabalho, que tem como objeto de análise as narrativas jornalísticas acerca do tema veiculadas no jornal Estado de Minas nos meses de novembro e dezembro de 2014. O norte metodológico aponta para a análise de conteúdo em associação com as noções de acontecimento e memória, considerando-se que o teor das narrativas jornalísticas é perpassado pelo contexto de seu tempo. Sendo assim, pensa-se o jornal enquanto um dos dispositivos sociais por meio do qual se efetua a quebra do silêncio sobre o passado de repressão e ainda como meio que abre suas páginas para a oferta de novas possibilidades de verbalização do que outrora foi impedido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Acontecimento; memória; narrativas; Comissão Nacional da Verdade; jornalismo.

### ABSTRACT

The aim of this work is to discuss the reverberations in the media of the National Truth Commission's Final Report through the analysis of journalistic narratives about the theme taken from the newspaper Estado de Minas in November and December of 2014. The methodological framework consists of analyzing the content by the light of the concepts happening and memory, having in count that the content of journalistic narratives is set by the context of its own time. Therefore, the newspaper is thought as one of the social devices through which the silence about the past of repression can be broken and also as a medium that opens its pages to offer new verbalization possibilities of what was formerly restrained.

**KEYWORDS:** Happening; memory; narratives; National Truth Commission; journalism.

Instituída em maio de 2012, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi criada pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, com o intento de investigar as violações dos direitos humanos praticadas no Brasil entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988. É válido lembrar que essas datas são simbólicas por marcarem, respectivamente, a promulgação de duas das Constituições da história do país: a diretamente transgredida pelos militares em 1964 e a que sinalizou a redemocratização do país após a ditadura, sendo vigente até hoje. Em seu curto tempo de existência, no entanto, a CNV concentrou suas atividades de pesquisa a partir do ano de 1964, data em que o Brasil foi vítima do golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e instalou no país um regime de comando militar, com duração de 21 anos, durante os quais práticas de transgressões dos direitos humanos foram recorrentes, tendo em vista que a tortura vigorou como uma política de Estado.

Com o intuito de sistematizar as apurações referentes às arbitrariedades perpetradas nas pouco mais de duas décadas em que o Brasil esteve sob o governo militar, a CNV divulgou em 2014, ano em que o golpe completou cinquenta anos, o seu Relatório final, dividido em três volumes que, apesar de extensos, não encerram as possibilidades de averiguações sobre essa época. Frente ao possível, portanto, os três volumes do Relatório, em mais de três mil páginas, disponibilizam informações sobre o contexto do Estado repressor brasileiro e a representatividade da Comissão da Verdade nesse sentido (volume I); textos temáticos acerca da repressão e grupos vítimas de violações, com destaque às minorias (volume II); e perfis de 434 mortos e desaparecidos, esclarecendo os métodos e práticas aplicados nas circunstâncias de graves violações dos direitos humanos de que foram vítimas (volume III).

Importante destacar que grande parte deste material é fruto também de outras iniciativas pré e pós-existentes à instalação da CNV, como o projeto “Brasil: Nunca Mais”; Comissões da Verdade municipais, estaduais, universitárias; Comissões da Anistia; além de buscas efetuadas pelas próprias famílias que tiveram entes desaparecidos. Outro destaque é que as atividades da CNV se restringiram ao levantamento e divulgação de dados, sem compreender a dimensão analítica desse material nem a proposição de uma verdade jurídica a partir dele, conforme pode ser visualizado na apresentação do volume I do Relatório: “evitamos aproximações de caráter analítico, convencidos de que a apresentação da realidade fática, por si, na sua absoluta crueza, se impõe como instrumento hábil para a efetivação do direito à memória e à verdade histórica” (Brasil, 2014, p.15).

Identificado, entre outras atribuições, o papel histórico-político da CNV e, consequentemente, de seu Relatório, o que se pretende com este trabalho é uma análise, a partir dos cadernos *Política* e *Nacional* do jornal *Estado de Minas*, da reverberação das atividades da Comissão Nacional da Verdade (CNV) nas imediações temporais do lançamento do Relatório final, ocorrido oficialmente em 10 de dezembro de 2014. A delimitação temporal para a seleção do material compreende os meses de novembro e dezembro de 2014, ressaltando-se que o jornal diário escolhido é um dos de maior tiragem e influência no estado de Minas Gerais desde que foi criado, em 1928.

Para a tessitura da pesquisa, parte-se do princípio de que a divulgação do Relatório da CNV é um acontecimento midiático narrativizado, no caso, pelo *Estado de Minas*. Assume-se, portanto, esse jornal enquanto dispositivo social por meio do qual as opressões do contexto de outrora são configuradas em narrativas jornalísticas que propagam a versão silenciada da história, ou seja, narrativas de função memorial.

Deve-se ressaltar, a partir do conceito de José Luiz Braga (2011), que o dispositivo não representa tão somente o aspecto técnico, mas “o conjunto heterogêneo de materiais e de processos que não só ‘decorre’ da tecnologia, mas que, sobretudo, dá direção e sentido a seu uso” (Braga, 2011, p. 11). Percebe-se então, como diz Vera França (1998), que “a palavra do jornal é sinal de convergência” (França, 1998, p. 220), já que atualiza narrativas sobre o período da ditadura ao estabelecer pontes com o contexto da memória coletiva existente na contemporaneidade.

Como os conceitos de acontecimento e memória são aqui recorrentes, a metodologia acionada, ancorada na análise de conteúdo, confere, a essas acepções, papel relevante no desenho do percurso de investigação. Ressalta-se que, embora a análise de conteúdo, assim como outros métodos, apresente limitações, sua aplicabilidade ao *corpus* da pesquisa se alicerça na consideração de que o conteúdo das narrativas jornalísticas reflete o modo como o veículo midiático fala de um contexto social que, no caso, é o da quebra de silêncio relacionada à circulação dos processos comunicativos, dado que a “comunicação é sempre uma ação” (Braga, 2011, p. 6).

### A narrativização do acontecimento

Entre os meses de novembro e dezembro de 2014, o jornal *Estado de Minas* veiculou, nas editorias *Nacional* e *Política* de sua edição impressa, dezesseis matérias referentes ao contexto da ditadura militar. Esse material, publicado nas imediações temporais anteriores e posteriores à divulgação do Relatório final da CNV (10 de dezembro), foi delimitado como *corpus* deste estudo que pretende, como já introduzido, analisar, a partir do periódico diário, as narrativas jornalísticas desencadeadas nas proximidades da publicação do Relatório, acontecimento que perpassa direta ou indiretamente o objeto de pesquisa. Antes de adentrar na análise do objeto, entretanto, é necessário examinar a primeira noção conceitual aqui trabalhada, que é a de acontecimento.

Segundo Queré (2012), os acontecimentos são mudanças existenciais experimentadas em consonância com “as dimensões do afeto, do conhecimento e da prática” (Queré, 2012, p. 37). Com a mesma orientação argumentativa desse autor, Vera França (2012) explica que o acontecimento possui uma “natureza relacional” (França, 2012, p. 19): ele rompe com um estado de normalidade e com isso levanta sentidos que afetam os sujeitos. De acordo com a autora, os acontecimentos:

são fatos que ocorrem a alguém; que provocam a ruptura e desorganização, que introduzem uma diferença. Eles fazem pensar, suscitam sentidos, e fazem agir (têm uma dimensão pragmática). E tais ocorrências curto-circuitam o tempo linear; ocorrendo no nosso presente, eles convocam um passado e re-posicionam o futuro (2012, p. 14, grifo no original).

Queré (2012) completa que, além da instância existencial do acontecimento, ele também é experimentado enquanto configurado no discurso. Dessa forma, a divulgação do Relatório da CNV é experimentada na forma de um acontecimento configurado na narrativa do jornal e na orientação do conteúdo produzido nas proximidades temporais de sua publicação. Contudo, é necessário lembrar que, antes de instituído discursivamente, o acontecimento é um fenômeno. As distinções entre as dimensões do acontecimento são delineadas por Queré como primeira e segunda vida. Como explica Vera França (2012), a primeira vida está no âmbito existencial, no acontecimento que percebemos e “a segunda vida é o acontecimento tornado narrativa, tornado um objeto simbólico” (França, 2012, p. 14).

Paul Ricoeur (2010), ao apontar o caráter mediador da “operação de configuração”, irá nos dizer que há, no ato de narrar, uma atividade estruturante de composição de uma intriga que é agenciada e posta em encadeamentos episódicos, ressaltando-se o caráter heterogêneo dessa configuração. Ao verter a análise para um dispositivo comunicacional, no caso, um jornal impresso, tem-se (a partir da visão ricoeuriana) que a narrativa somente pode ser atualizada pela presença do receptor, condição sine qua non para a existência de um periódico. Tal como esclarece Lage (2013), também de acordo com Paul Ricoeur, “acontecimentos são mais do que fenômenos que se encontram prontos na natureza, e menos do que as próprias narrativas nas quais são enredados: é aquilo que é significativamente instaurado pela narrativa” (Ricoeur, 2013, p. 230).

Como se torna visível, narrativa e acontecimento estão intimamente ligados entre si. A mídia não pode ter seu papel restrito, entretanto, à função de objetivação simbólica do acontecimento, ou seja, sua segunda vida. É importante salientar que os acontecimentos podem irromper na própria mídia, mas o aprofundamento dessa discussão não cabe a este trabalho. O que se assume, por ora, para a composição desta investigação, é a relação narrativa- acontecimento- mídia. Resta pensar, portanto, na forma como a teoria da narrativa aqui aparece.

Paul Ricoeur (2010), ao discutir a relação entre tempo e narrativa, irá evidenciar o aspecto relacional da experiência humana com a atividade narrativa, ou seja, a composição da narrativa deve ser pensada para além das estruturas internas de um texto, o que leva a uma perspectiva acional e não meramente volitiva. Para ele, “o tempo torna-se humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (Ricoeur, 2010, p. 93). Assim, ao se considerar como narrativas os textos jornalísticos em voga, assume-se o perfil empírico dessas produções, bem como o fato de que elas refletem o contexto de sua produção; tendo em mente a potência humana do jornalismo, é cabível às narrativas essa mesma possibilidade ativo-passiva diante do tempo, sendo, por conseguinte, “via narrativa que se torna possível pensar um sentido para o tempo e para o que acontece ou pode nele acontecer” (Schwaab, 2014, p. 33).

A importância de refletir sobre a vinculação temporal da narrativa, nesse sentido, justifica o porquê da adoção desse conceito metodológico para o trabalho com textos jornalísticos. Como afirma Leal (2013),

ao invés de ser uma variação do interior dos gêneros e textos jornalísticos, a narrativa passa a ter no jornalismo uma de suas possibilidades. Não se trata, então, de perceber a notícia e/ou a reportagem como formas narrativas do jornalismo, mas, ao contrário, vê-lo como um modo peculiar, dentre outros socialmente existentes, de conformar narrativas (Leal, 2013, p. 29).

Se o jornalismo conforma narrativas e se é através das narrativas que atribuímos sentido ao tempo, o jornalismo diz não apenas de seu tempo, mas também das possibilidades que o seu tempo permite atribuir ao passado e até mesmo ao futuro. Nas palavras de Queré (2012), “o passado se modifica porque o presente passa por mudanças: um presente diferente faz surgir um passado diferente” (Queré, 2012, p. 27). Nesse caso, propor-se a analisar o conteúdo das narrativas configuradas no *Estado de Minas* é, também, propor-se a tratar de tempo, espaço e, conseqüentemente, de contexto.

## Da análise de conteúdo às matrizes de sentido

Quando se propõem a pensar as limitações e a aplicabilidade da análise do acontecimento como conteúdo, Leal e Antunes (2011) alertam que o interesse desse método “não está no conteúdo de um texto, mas em características da vida social que se manifestam nos textos” (Leal e Antunes, 2011, p. 20). Continuando o raciocínio, os autores enfatizam que os textos são o corpus da pesquisa, seu recorte empírico, mas não o objeto em si. Na realidade, o corpus é o meio pelo qual se atinge o objeto que, no caso, é o contexto social delimitado. Com essa premissa, clarifica-se o objetivo desse trabalho e passa-se à indagação: o que o recorte empírico nos permite compreender sobre o contexto da divulgação do relatório da CNV?

O ponto que merece atenção quando se observa o material é que a Comissão da Verdade é o pano de fundo temático de todas as dezesseis matérias consideradas (Tabela 1). Tomando as especificações desse tema principal, cinco subcategorias são averiguadas: 1) Relatório final; 2) Lei da Anistia; 3) vítimas do regime opressor; 4) personagens políticos; 5) episódios históricos. É notável, também, que as quatro subcategorias subsequentes à representada pelo Relatório final estão a ela ligadas; o que significa, no contexto do objeto de estudo, que direta ou indiretamente a construção dos discursos dessas subcategorias é perpassada pelo acontecimento da divulgação do Relatório.

DATA	MANCHETE	CHAPÉU
09/11	Na hora da verdade, comissão está dividida	Grupo que apura as responsabilidades pelas violações ainda não chegou a consenso sobre pedido de revisão da Lei da Anistia
14/11	Mais 59 vítimas da ditadura	CNV avança na descoberta de militantes mortos ou desaparecidos durante o regime militar. Total chega a 421
	Um mistério será revelado	[Retranca]
18/11	Memória de volta aos donos	Justiça Militar de Juiz de Fora devolve a 32 ex-militantes (como Dilma e Lacerda) documentos retidos na época da ditadura
26/11	Hora da verdade sobre Jango	Governo marca o anúncio dos resultados da perícia nos restos mortais do ex-presidente
02/12	Causa da morte sem conclusão	Equipe de peritos conclui que não há indícios de veneno nos restos mortais do ex-presidente
	Corte notifica o Brasil	[Retranca]
10/12	Caso Stuart perto de solução	Comissão da Verdade divulga foto de crânio que pode ser do filho da estilista Zuzu Angel, desaparecido durante a ditadura militar
11/12	O retrato da tortura	Relatório da CNV responsabiliza 377 pessoas, entre elas, cinco ex-presidentes militares, por crimes praticados durante a ditadura
	Generais repudiam e ONU apoia relatório	[Retranca]
	As ‘novas’ vítimas de Minas	Relatório da CNV lista, pela primeira vez, pelo menos cinco mineiros mortos por milícias ligadas ao regime militar e desaparecidos durante os anos de chumbo
	Luz sobre o Massacre de Ipatinga	[Retranca]

15/12	O mapa da tortura em Minas	Relatório da CNV divulgado semana passada detalha os 24 locais do estado usados como cenário de graves violações de direitos humanos durante o regime militar
16/12	STM diz que relatório da CNV é injusto	[Retranca]
21/12	Perícia para revelar o passado do país	Trabalho inédito, feito por especialistas em crimes de tortura, orientou investigações da Comissão sobre mortes nos anos de chumbo
27/12	Repressão além da fronteira	Embaixadores espionaram os brasileiros considerados 'subversivos' pela ditadura militar. CNV teve acesso aos documentos e revelou detalhes no relatório

### Tabela 1.

Fonte: elaboração própria.

Legenda: retranca - matérias jornalísticas ordenadas na página impressa a partir da matéria principal, ou seja, matérias subjugadas à eleita mais importante dentro da organização física do impresso. No corpus, as matérias assim listadas não possuem texto complementar à manchete.

Acionando os estudos de Braga (2011), tem-se que a ação de se comunicar, concretizada no episódio comunicacional que se tece na interação, é desenvolvida “no âmbito de ‘dispositivos interacionais’, produzidos nas circunstâncias históricas e acionáveis nos contextos específicos dos participantes” (Braga, 2011, p. 6). Para o autor, dispositivos ultrapassam uma visão estrutural de forma delimitada e que conforma algo e funcionam como “matrizes socialmente elaboradas” (Braga, 2011, p. 11) que agem no processo social da prática de atribuição de sentidos convocados na tentativa da interação comunicacional. Se levarmos em conta o episódio comunicativo jornal-público, podemos assumir as cinco subcategorias listadas como matrizes de sentido acionadas no exercício da comunicação fundamentada na Comissão da Verdade que, por sua vez, é uma das matrizes possíveis de serem empregadas ao se tratar do período militar.

No decorrer de sua arguição, Braga (2011) salienta que os dispositivos interacionais podem ser, dentro da perspectiva de estudos da comunicação, um “lugar de observação” (Braga, 2011, p. 5), assertiva que nos remete a outro conceito trabalhado pelo autor e que pode ser útil no encadeamento das ideias que aqui vêm sendo expostas: o “lugar de fala”. Com essa proposição conceitual, o autor defende que o produto cultural, no caso o jornal, seja observado “não só nos seus aspectos de determinação pelo contexto, mas também enquanto esforço de ação e construção sobre esse contexto” (Braga, 2000, p. 169). Ao olharmos para o jornal e, mais precisamente, para as matérias que constituem o corpus, na condição de lugares de fala, não temos neles correspondentes do contexto, como destaca Braga (2000), mas um lugar discursivo em que a realidade adquire um determinado enfoque ou um sentido. Com isso, temos uma conexão com a ideia de dispositivos que, tal como apresenta Mouillaud, “são os lugares materiais ou imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos” (2012, p. 52), não se esquecendo, contudo, da amplitude que o termo “texto” alcança. No suceder de seus apontamentos, Mouillaud (2012) ainda elenca, noções importantes na concepção do dispositivo, como a interligação que os dispositivos tecem entre si; o caráter matricial na composição de sentidos em detrimento de uma visão estruturalista que confunde dispositivo com suporte; a relação de co-determinação entre dispositivo e texto; e a localização institucional, de maneira que “o dispositivo e o lugar são indissociáveis do sentido, no qual só se atualizam um pelo outro” (Mouillaud, 2012, p. 53). O levantamento dessas formulações e das propostas por Braga no

âmbito das práticas interacionais da comunicação exibe a complexidade na qual estão envolvidos os episódios comunicacionais abordados a partir dessa perspectiva, não sendo possível desdobrá-los em sua totalidade neste espaço. Sendo assim, o tópico para o qual a nossa atenção aqui se volta são as matrizes de sentido que perpassam o recorte empírico.

Já explicado enquanto acontecimento, o “Relatório final” surge como subcategoria no que se refere às matérias de cobertura de sua divulgação e nas que o descrevem, ou seja, nas quais ele é o protagonista. Poder-se-ia pensar: se o tema mais abrangente é a Comissão da Verdade e se os demais a ela subordinados estão ligados ao seu Relatório, que é o acontecimento colocado como conteúdo da análise, então qual a necessidade de listar as outras subcategorias como eixos temáticos autônomos? Não descartando a pertinência da pergunta, essa opção classificatória é feita porque, apesar de nutrir uma relação com o item “Relatório final”, os demais não são por ele condicionados, de modo que chegamos a um primeiro resultado: o agendamento midiático em relação ao acontecimento definido nesta análise faz-se visível mesmo nas construções jornalísticas não centralizadas nesse evento, o que confirma que a mídia não se isola de seu tempo de produção, mesmo ao tratar de um tempo cronológico passado.

Os desdobramentos da subcategoria “Lei da Anistia” entram em tensão com o próprio regimento das Comissões da Verdade. Já na primeira matéria parte do corpus, “Na hora da verdade, comissão está dividida”, veiculada em 9 de novembro de 2014, o tema aparece como fator divisor de opiniões entre os próprios seis membros da CNV, especulação que trazida é pelo jornal:

nos bastidores da comissão circula a informação de que o único contrário a pedir a responsabilização criminal dos agentes da ditadura é o advogado José Paulo Cavalcanti. A psicanalista Maria Rita Khel e a advogada Rosa Maria Cardoso defendem uma posição de enfrentamento. Os outros três, entre eles o coordenador Pedro Dallari, não são incisivos quando questionados sobre o tema (Estado de Minas, 2014).

Datada de 1979, a Lei da Anistia concedeu a absolvição a todos os que cometeram crimes considerados políticos durante os “anos de chumbo”. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou o pedido para que ela fosse revista, o que se chocou com a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), que condenou o Brasil por não punir militares responsáveis pelo desaparecimento de corpos durante a Guerrilha do Araguaia, um dos episódios de resistência ao regime militar. O pedido de revisão da lei, nesse sentido, é corroborado pela determinação de que crimes contra os direitos humanos, como as práticas de tortura utilizadas pelo Estado, são imprescritíveis.

Com isso, mesmo que a verdade jurídica dos fatos relatados não seja competência da CNV, é perceptível nas matérias que tratam da Lei da Anistia um posicionamento pró-revisão e uma defesa da necessidade da Comissão se posicionar, dadas as circunstâncias do Direito Internacional e da própria condição histórica de silenciamento da memória que a impunidade às arbitrariedades do regime militar acabou gerando. Como sustentam as palavras da ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Ideli Salvatti: “a ditadura pôde matar sem qualquer processo de investigação” (*Jornal Estado de Minas*, 2 de dezembro de 2014). Logo, tem-se subsídios para um segundo resultado: o jornal não é negligente às demandas democráticas de seu tempo, podendo ser considerado um sujeito político ativo.

É preciso delimitar, na sequência, o que separa “personagens políticos” de “vítimas”, categorias muito próximas se considerarmos o contexto da ditadura. A diferença entre esses dois tópicos foi estabelecida pelo próprio sentido proporcionado aos indivíduos nos textos jornalísticos; os personagens políticos aqui tratados são figuras que publicamente estiveram e/ou estão efetivamente envolvidas no sistema político brasileiro, como o ex-presidente João Goulart e a atual presidente Dilma Rousseff. As vítimas, por sua vez, compreendem indivíduos desaparecidos, mortos ou torturados pelo mecanismo de repressão governamental e que, apesar de não enquadrados como personagens políticos dentro do critério aqui estabelecido, não deixaram de participar ativamente da vida política do Brasil. O que se afirma, portanto, é que na situação de observação, ainda que os personagens políticos mostrados nas matérias sejam vítimas, o caminho inverso não é verdadeiro, o que nos leva a um terceiro resultado: as narrativas jornalísticas consideradas optam por dar voz aos personagens políticos (ou porta-vozes) que foram vítimas do sistema opressor, uma vez que há também aqueles que atuaram na repressão.

De explicação mais sintética, a subcategoria “episódios históricos” compreende matérias pautadas em eventos de resistência marcados na história oficial e trazidos à discussão nas proximidades da veiculação do Relatório, como o caso da Guerrilha do Araguaia (1972-1974), que soma um total de 62 corpos desaparecidos, e o Massacre de Ipatinga (1963), que apresenta uma estimativa de 30 mortos. Antes de chegar à categoria “Relatório final”, porém, vale lembrar que, sendo o *Estado de Minas* um jornal regional marcado pela defesa de uma “mineiridade” ou “espírito mineiro” (França, 1998), é natural a publicação de matérias centradas no estado de Minas Gerais, como “Memória de volta aos donos” (18 de novembro) e “As ‘novas’ vítimas de Minas” (11 de dezembro), mas esse não é o mote principal do recorte.

O que a análise do conteúdo das narrativas mostra é que elas versam sobre mais de um tema, de modo que os tópicos de discussão aqui levantados são os que se sobressaíram. No caso, isso mostra que estar diluído na configuração das narrativas não faz do Relatório o assunto preponderante. Porém, uma semelhança atravessa essas produções jornalísticas e se concentra, conforme já detectado por Maia e Lelo (2014), no “link experiência-memória-política” que, na concepção dos autores, aponta para um potencial crítico de narrativas referentes ao período da ditadura. Sendo assim, seguindo a proposta metodológica e expressada a aplicabilidade da análise de conteúdo e da teoria do acontecimento, é preciso compreender o papel da memória na investigação do objeto de pesquisa.

### A memória dos “não-ditos”

Quem são os donos da memória? É essa a pergunta que vem à mente quando olhamos para o título “Memória de volta aos donos”, matéria anteriormente citada. No contexto da produção jornalística em questão, norteada a partir de uma ação da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora (CMV-JF), a “memória” é utilizada para se referir aos documentos que foram confiscados de ex-militantes na época em que eles estiveram presos na Penitenciária de Linhares, em Juiz de Fora, e agora foram devolvidos. Entre os personagens políticos que compõem a lista de trinta e dois nomes cujos documentos foram encontrados, estão o prefeito de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, e a presi-



dente da República, Dilma Rousseff. Na situação apresentada pelo jornal, a memória adquire duas dimensões principais: a documental, no sentido de que os documentos das vítimas são tidos como suportes de armazenamento memorial, e a de direito, no sentido de que esses mesmos documentos aparecem como uma legitimação da garantia desses indivíduos em terem acesso ao próprio passado.

Se, por um lado, essas acepções acerca da memória não deixam de ser pertinentes, por outro, essas não são as únicas instâncias na qual ela aparece no objeto de análise. Ao tratar da memória, Assmann (2011) insere, já no início de suas discussões, duas vertentes para se pensar esse conceito: a “memória *Ars*” e a “memória *Vis*”. A primeira, cuja tradução é “memória arte”, compreende a memória enquanto técnica que envolve práticas de armazenamento humanas ou de dispositivos, por exemplo, onde é possível enquadrar o caso dos documentos acima tratados. A segunda, que quer dizer “memória potência”, considera a memória como dotada de uma dinâmica própria, ou seja, uma espécie de energia sujeita à ação do tempo e, por isso, ao esquecimento e outras implicações. Mais adiante, a autora declara que “a memória se orienta para o passado e avança passado adentro por entre o véu do esquecimento. Ela segue rastros soterrados e esquecidos, e reconstrói provas significativas para a atualidade” (Assmann, 2011, p. 53). Nesse sentido, como caracterizar a ideia de memória averiguada nas abordagens jornalísticas aqui presentes?

Primeiro, é possível pensar nas narrativas jornalísticas e no próprio jornal enquanto dispositivos de armazenamento, no qual estão imersos outros dispositivos com esse formato, como as fontes. Porém, “a memória não é uma fortaleza contra o tempo” (Assmann, 2011, p. 108), o que significa dizer que não há a possibilidade de resgate de um passado literal. Ainda que vários dispositivos de armazenamento possam ser apontados, não há como voltar ao passado por um caminho reconstituível. O máximo possível, segundo Assmann (2011), são recomposições de sentimentos suscitados por resquícios de experiências pretéritas que não podem ser recuperadas, o que é próprio da imersão da memória no tecido antropológico e social. Por essa perspectiva, a autora chega ao conceito de recordação que, em suas palavras, “não é reflexo passivo de reconstituição, mas ato produtivo de uma nova percepção” (Assmann, 2011, p. 117). Nesse caso, ao propor que as narrativas jornalísticas encerram a ideia de memória em suas abordagens, está se dizendo que elas operam na recomposição de impressões ancoradas no passado, mas impossivelmente capazes de fazê-lo como cópia fiel desse passado quando em sua primeira versão.

Essa limitação em relação ao passado nos convoca a estender o pensamento: se a recordação está sujeita ao tempo, que impossibilita um resgate fidedigno do passado, a verdade oficializada pelo Estado repressor também percorre o mesmo movimento. Segundo Pollak “os dominantes não podem jamais controlar perfeitamente até onde levarão as reivindicações que se formam ao mesmo tempo em que caem os tabus conservados pela memória oficial anterior” (Pollak, 1989, p. 5). Nesse sentido, a memória impedida é trazida à contemporaneidade pelas Comissões da Verdade e pelo jornalismo, rompendo com o silêncio sobre o passado e fazendo parte da configuração de novas versões da história. Portanto, o embate entre a história oficializada e a que foi coibida, dada a impossibilidade de os processos de recordação serem mantidos em estática, nunca é definitivo. Ao discutirem a matriz de sentido nas narrativas sobre crianças vítimas de tortura, Marta R. Maia e Thales V. Lelo (2014b) acentuam o papel da memória coletiva nesse processo:

É possível, por fim, visualizar [...] um percurso narrativo que abaliza um complexo contexto em que as falas adquirem sentidos e conformam uma matriz que dialoga com a repercussão das atividades desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade e com o processo de reparação (e reativação) que a memória coletiva reconfigura na atualidade. (Maia e Lelo, 2014b, p. 10)

Percebe-se, então, que na ação de dar voz aos “não-ditos” do período da ditadura, o jornalismo, concomitantemente, dá voz a si mesmo, uma vez que a censura à imprensa foi uma das políticas de repressão aplicadas pelo Estado. A memória silenciada de outrora e verbalizada no agora atravessa, assim, um circuito comunicativo imensurável, onde os sujeitos sociais e os dispositivos acionados nas interações estão em constante transformação.

### Considerações finais

O desenvolvimento deste estudo permitiu compreender os recursos narrativos acionados pelo jornal na perspectiva de colaborar, mesmo que indiretamente, na reverberação da história que permanecia obscurecida pelo desejo de esquecimento do discurso oficial, ao menos antes da presença de uma memória coletiva que irrompe no tecido social nas primeiras décadas do século XXI. Nota-se então que o jornalismo não sonega o valor das atividades da CNV no contexto das narrativas da ditadura. Percebe-se que “através dessa Comissão seria viável a articulação de determinadas histórias sob um mesmo pano de fundo, de modo a criticar a ‘versão oficial’ oferecida pelas instituições do Estado até aquele momento”. (Maia; Lelo, 2014, p. 10).

A análise dos jornais também explicitou que o circuito narrativo engendrado mostrou-se afeito ao processo de produção de sentidos que o campo jornalístico participa na atualidade. O acontecimento aparece a partir de uma visada indeterminada, mesmo que parcialmente encerrada pela necessidade que o jornalismo tem, na maioria das vezes, de oferecer ao público uma história com começo, meio e fim. As contradições, mais que os aforismos, aparecem nas páginas do jornal, mesmo que inscritas em uma dinâmica ainda em curso. “Mais do que reduzir as indeterminações daquilo que ocorre, o jornalismo, inscrito numa complexa rede de interesses, estratégias e lógicas de funcionamento acaba por determinar e indeterminar o acontecimento naquela dinâmica inesgotável de apreensões” (Lage, 2013, p.244).

As matérias publicadas no período analisado inserem-se no contexto de práticas comunicacionais acionadas a partir das atividades finais da CNV (que culminam com a publicação do Relatório), que representam matrizes de sentido relacionadas com acontecimentos marcados pela rememoração, pela discussão sobre a necessidade de reparação dos danos ocasionados às vítimas, bem como com os possíveis desdobramentos das inúmeras denúncias contidas no Relatório. Configuram-se assim narrativas jornalísticas que rompem o silêncio imposto pela ditadura civil-militar e pelos governos sucessores que não atuaram no sentido de ativar, ao menos do ponto de vista institucional (já que, em especial, os familiares de presos e desaparecidos nunca deixaram de exercer pressão em favor de uma justiça de transição no Brasil) a memória e as possibilidades de reparação dos danos causados às vítimas desse regime de exceção.

Vê-se ainda que os jornais reconhecem a importância de trazer à tona pautas referentes a esse recente intervalo de tempo da história nacional. Nesse sentido, como apontam os resultados desta pesquisa, nota-se que a memória, enquanto potência

e força com dinâmicas próprias, é a orientação principal das narrativas consideradas, revelando-se o jornalismo, ao lado dos espaços físicos e das fontes testemunhais, não como mera prática que tem nos meios seu dispositivo de armazenamento, mas também como sujeito social que participa da recomposição do passado dentro das novas possibilidades que o presente lhe concede.

## Referências Bibliográficas

- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas de transformação da memória cultural**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.
- BRAGA, José Luiz. **Dispositivos interacionais**. In Anais do XX Encontro da Compós, Porto Alegre, junho de 2011.
- \_\_\_\_\_. **“Lugar de Fala” como conceito metodológico no estudo de produtos culturais**. In: PPG Comunicação Unisinos. (Org.). *Mídias e Processos Socioculturais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000, p. 159-184.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014, v.1.
- ESTADO de Minas**. Edições de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2014.
- FRANÇA, Vera V. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O acontecimento e a mídia**. *Galaxia*. São Paulo, n. 24, p. 10-21, dez. 2012. Disponível em <<http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12939/9406>> Acesso em: 5 mar. 2015.
- LAGE, Leandro. **Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico**. In.: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 227-245.
- LEAL, Bruno Souza; ANTUNES, Elton. **O acontecimento como conteúdo: limites e implicações de uma metodologia**. In.: LEAL, Bruno S.; ANTUNES, Elton; VAZ, Paulo B. (Orgs.). *Jornalismo e acontecimento: percursos metodológicos*. Florianópolis: Insular, 2011, p. 17-35.
- LEAL, Bruno Souza. **Jornalismo à luz das narrativas: deslocamentos**. In: LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. (Orgs.). **Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 25 - 48.
- MAIA, Marta R.; LELO, Thales V. **Memórias da ditadura militar no jornalismo: matrizes de sentido nas narrativas sobre crianças vítimas de tortura**. In Revista Fronteiras – estudos midiáticos, janeiro/abril 2014a, vol. 16, nº 1, p. 2-10.
- \_\_\_\_\_. **O potencial crítico das narrativas jornalísticas sobre o período ditatorial**. In: Anais do 12º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2014b, Santa Cruz do Sul.
- MAIA, Marta R., RIBEIRO, Isadora M. **As narrativas da ditadura no jornal Estado de Minas**. In: PICCININ, Fabiana, SOSTER, Demétrio A. (Orgs.) **Narrativas comunicacionais complexificadas 2: a forma**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014, p. 411-426.
- MOUILLAUD, Maurice. **Da forma ao sentido**. In.: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora universidade de Brasília, 2012, p. 47 – 53.
- POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Revista Estudos Históricos, v.2, Rio de Janeiro, 1989, p.1-15.
- QUERÉ, Louis. **A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista**. In.: FRANÇA, Vera Regina Veiga; OLIVEIRA, Luciana de. (Orgs.). **Acontecimento: reverberações**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012, p. 21-38.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Editora WMF/Martins Fontes, vol. 1, 2010.
- SCHWAAB, Reges. **Jornalismo, interrupção: sondar, narrar, reconhecer**. In.: PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo (Orgs.). **Narrativas comunicacionais complexificadas 2: a forma**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014, p. 32 - 53.